

## **Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**

Esta Lei estabelece que todos os hospitais integrantes da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) deverão oferecer um atendimento imediato às vítimas, compreendendo os seguintes serviços:

- I. Diagnóstico e tratamento das lesões físicas no aparelho genital e nas demais áreas afetadas.
- II. Amparo médico, psicológico e social imediatos.
- III. Facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual.
- IV. Profilaxia da gravidez.
- V. Profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST.
- VI. Coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento e terapia.
- VII. Fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis (TENÓRIO, 2013).

A Lei nº 12.845/2013 trouxe normatização específica para o atendimento a vítimas de violência sexual, objetivando o atendimento respeitoso e humanizado a essas pessoas. A Lei é importante porque, quando o assunto é violência sexual, ainda existem muitos tabus que têm que ser quebrados, pois se verifica resistência dos profissionais na hora de prestar o atendimento, especialmente quando a vítima, por vergonha ou desconhecimento do serviço, não procura as unidades de saúde nas primeiras 72 horas após a violência (POSSOLO, 2013).

A anticoncepção de emergência – referendada pela Organização Mundial de Saúde como insumo essencial para se evitar a gravidez fruto de estupro, e que é utilizada com o conhecimento e consentimento da vítima – impede a fecundação do óvulo. Dados mostram que, quando a rede de saúde oferece o serviço de anticoncepção de emergência, até antes de se completarem 72 horas do estupro, o número de abortos legais é bastante reduzido (POSSOLO, 2013).



Para Elas

por elas, por eles, por nós

## Atenção Integral à Saúde da Mulher em Situação de Violência

Embora, na prática forense, a definição de violência sexual esteja relacionada ao cometimento do crime de estupro, sendo, portanto, caracterizada pela conduta do agente em forçar outrem (sujeito passivo) a manter relações sexuais consigo, a Lei nº 12.845/2013 trouxe de forma expressa, em seu artigo 2º, o conceito de violência sexual. Assim, considera-se violência sexual, para os fins desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida (POSSOLO, 2013).

Todavia, há de ser observada existência de crimes sexuais mesmo que haja consentimento da vítima, como é o caso do crime de estupro de vulnerável trazido no Art. 217-A do Código Penal, ou cujo consentimento seja viciado, a exemplo do que ocorre no Art. 215 do mesmo diploma normativo (POSSOLO, 2013).

Têm surgido questionamentos a esta Lei devido a algumas precisões terminológicas. Um dos termos questionados é “profilaxia da gravidez”, previsto no artigo 3º, IV, que consiste, entre outras medidas, no fornecimento da “pílula do dia seguinte”, que é considerada por alguns como uma forma de aborto. Pelo teor da Lei, essa expressão significa prevenção de gravidez. Profilaxia é um termo utilizado na medicina para se referir a medidas de prevenir ou atenuar doenças e, por isso, a expressão vem sendo criticada, principalmente pela Igreja, que questiona o fato de a gravidez não ser doença (POSSOLO, 2013).

Em meio à polêmica acerca das imprecisões terminológicas da Lei, a Presidente da República enviou projeto de lei ao Congresso Nacional para substituir a expressão “profilaxia da gravidez” por “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro”, com o argumento de que a expressão atual não é a mais técnica e não é clara quanto à restrição de que é voltada apenas para as vítimas de estupro (POSSOLO, 2013).